

20 ANOS DA LDB

- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394/96) regulamenta o sistema educacional brasileiro;
- Define atribuições e atuações dos entes federados em níveis e modalidades;

-
- A LDB precisa sempre contemplar mudanças orientadas a melhor servir o corpo docente da educação básica e a estimular continuamente a promoção de políticas públicas efetivas – e não apenas de cunho declaratório – orientadas à formação docente inicial e continuada.

-
- Em parte, o Conselho Nacional de Educação e seus congêneres Estaduais, Distrital e Municipais também poderiam ter contribuído mais no sentido de estimular a flexibilidade curricular.

Cronologia de algumas alterações da LDB

- Lei 9.475/1997 (art. 33, completo): Ensino Religioso deixa de ter norma geral para todas as escolas, públicas e privadas, passando a ser de oferta obrigatória (no horário escolar) e matrícula facultativa nas escolas públicas. “O respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedada qualquer forma de proselitismo”.

-
- Lei 10.287/2001 (art. 12, VIII): criou nova atribuição para os estabelecimentos de ensino, que passam a ter de “notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei”.

-
- Lei 10.328/2001; a Educação Física tornou-se “componente curricular obrigatório”.
 - Lei 10.639/2003 (arts. 26-A, 79-A e 79-B), já revogada: ficou conhecida por seu art. 26-A, que insere os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e Africana como obrigatórios na educação básica.

-
- Lei 10.709/2003 (arts. 10 e 11): determinou que Estados e Municípios fossem obrigados assumir, respectivamente, o transporte escolar dos alunos da rede estadual e municipal, cabendo aos Estados articularem-se com os Municípios para prover o disposto nessa Lei “da forma que melhor atenda o interesse dos alunos”.

-
- Lei 11.114/2005 (vários dispositivos): estabeleceu que o ensino fundamental deveria se iniciar aos seis anos de idade.
 - Lei 11.301/2006 (art. 67): acrescentou parágrafo ao art. 67 para definir que o magistério não é constituído apenas por docentes, mas que também são funções de magistério as de direção e de coordenação e assessoramento pedagógico.

- Lei 11.684/2008 (art. 36): incluiu a Sociologia e Filosofia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio. Note-se que essas disciplinas foram, desde 2008 até a MP 746/2016 (Reforma do Ensino Médio), as únicas obrigatórias “em todas as séries do ensino médio”. Outras já eram obrigatórias, como Língua Portuguesa e Matemática, mas na LDB não aparecia a menção a “todas as séries do ensino médio”.
- Lei 11.741/2008; inclusão de toda uma Seção nova acerca da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

- Parece ser um dos problemas sensíveis do texto da atual Reforma do Ensino Médio, pois a lógica do itinerário formativo “formação técnica” pode colidir, em certos aspectos, ou ao menos não “dialogar” com a lógica já estabelecida pela Lei 11.741/2008, que não foi revogada pela Medida Provisória 746/16.

-
- Do ponto de vista da organização curricular (sem adentrar no que se refere ao financiamento do ensino integral, outro ponto polêmico da recentíssima Reforma do Ensino Médio), a harmonização da Lei 11.741/2008 e o itinerário formativo destinado à formação técnica parece ser um dos grandes desafios para o Parlamento no que se refere à apreciação da MP 746/2016.

- De acordo com a Lei 12.014/2009, estabeleceu-se efetiva definição dos que podem ser considerados profissionais da educação escolar básica: professores habilitados em nível médio (magistério) ou superior (licenciaturas), trabalhadores da educação com diploma de Pedagogia e “trabalhadores da educação com diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim”. Este foi um dos dispositivos alterados pela MP 746/2016, que incluiu os profissionais de notório saber, com regulamentação vaga e a cargo dos sistemas de ensino (sem prever regulamentação federal a respeito), como nova categoria dos profissionais da educação escolar básica.

- Lei 12.061/2009 (vários dispositivos), já revogada: alterou, no art. 4º, o dever do Estado de “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio” para dever de “universalização do ensino médio gratuito”.
- A temática da formação docente pouco incentivada como política pública

- Ministério da Educação passou a exigir notas melhores no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para ingresso em cursos de licenciatura, como tentativa de melhorar a qualidade dos formados.
- O tema “formação docente” é um mero conteúdo declaratório sem nenhuma implicação imediata;

-
- Por força da relevância orçamentária e da relativa fragilidade da LDB como lei ordinária, o financiamento da educação sempre foi resguardado por meio de dispositivos constitucionais, mais difíceis de serem alterados.

-
- Outra temática frágil, durante treze anos, na LDB, foi a formação docente. Somente em 2009 foram registradas alterações.

Reforma do Ensino Médio (MP 746/16)

- Financiamento do ensino integral: a Reforma do Ensino Médio prevê incentivo financeiro do governo federal às escolas que, se enquadradas nos critérios a serem estabelecidos pelo MEC, queiram implantar ensino integral.
- No entanto, o programa para essa finalidade prevê apenas 4 anos de recursos às escolas;

-
- Restaram apenas o português, a matemática e o inglês como obrigatórios. O restante tornou-se facultativo, conforme o itinerário formativo. Isso não significa que outras disciplinas vão necessariamente “desaparecer” da grade curricular, mas que **PODEM** desaparecer ou ganhar menor ou maior importância, a critério de cada sistema de ensino.

-
- Os sistemas de ensino ficam mais livres para realocar seus componentes curriculares;

FIM

Professora
DORINHA

The logo features the name 'Professora DORINHA' in a stylized, 3D font. 'Professora' is in a green, cursive script, while 'DORINHA' is in a bold, blue, blocky font. The letter 'A' at the end of 'DORINHA' is uniquely designed, with a green circular shape above it and a long, green, horizontal bar extending to the right, resembling a stylized 'a' or a decorative flourish.